Altera e acrescenta dispositivos na Resolução CGE/MS n. 116, de 20 de setembro de 2024, que dispõe sobre procedimentos de avaliação de programas de integridade das pessoas jurídicas de direito privado, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para fins do disposto na Lei Estadual n. 6.134, de 31 de outubro de 2023, na Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2023.

Publicada no DOE n. 11.919, de 19 de agosto de 2025, pág 2

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, *caput*, c/c o art. 14, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 230/2016, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Estadual n. 6.134/2024 c/c o art. 6º do Decreto Estadual n. 16.490/2024, bem como o disposto no inciso IX do art. 13-A da Lei Complementar Estadual n. 230/2016,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução CGE/MS n. 116, de 20 de setembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte alteração e acréscimo:

"Art. 17. ....:

Parágrafo único. Nas avaliações de programa de integridade apresentados no âmbito de acordo de leniência, o Controlador-Geral do Estado informará o resultado à pessoa jurídica colaboradora, bem como à comissão responsável pela negociação ou à Corregedoria-Geral do Estado." (NR)

"Art. 18. No caso previsto no art. 17, I, desta Resolução, o Controlador-Geral do Estado emitirá o Certificado de Regularidade do Programa de Integridade (CERPI) da pessoa jurídica, exceto quando se tratar de avaliação de programa de integridade no âmbito de acordo de leniência e de processo administrativo de responsabilização (PAR).

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 18 DE AGOSTO DE 2025.

MARINA HIRAOKA GAIDARJI
Controladora-Geral do Estado em exercício